



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Fundamentos históricos e teórico-metodológicos.

FUNDAMENTOS DO TRABALHO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL E AS RELAÇÕES ÉTNICAS RACIAIS NO BRASIL.

ELIANE SANTOS DE ASSIS¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo problematizar a relação entre os fundamentos do trabalho profissional, considerado base da formação de assistentes sociais, e as relações étnico raciais no Brasil como elemento estruturante da sociabilidade. Buscou-se estabelecer uma relação entre estes debates tão caros à formação profissional a partir do proposto pelas diretrizes curriculares da ABEPSS. O texto se propõe a nos fazer refletir sobre quais as implicações da realização do debate dos fundamentos desarticulado das relações étnico raciais.

Palavras Chaves: Serviço Social; Formação Profissional; Trabalho Profissional; Relações Étnico-Raciais; Racismo.

Abstract The present work has as objective to problematize the relation between the foundations of the professional work, considered base of the formation of social assistants, and the racial ethnic relations in Brazil as structural element of the sociability. It was tried to establish a relation between these debates so dear to the professional formation from the one proposed by the curricular directives of the ABEPSS. The text proposes to make us reflect on what implications of the realization of the debate of the disarticulated foundations of ethnic racial relations.

Keywords: Social Work; Professional Training; Professional Work; Ethnic-Racial Relations; Racism.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo é um primeiro esforço para a confecção de nossa tese de doutoramento, que tem como grande tema a importância

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <eliane.s.assis@gmail.com>

do debate sobre as relações étnico raciais² no ensino e estudo dos Fundamentos do Trabalho Profissional do Serviço Social.

Há algum tempo temos nos debruçado sobre os estudos e ensino dos fundamentos do trabalho profissional³ do Serviço Social e as questões que advém destas árduas tarefas. Neste texto objetivamos apresentar alguns elementos que possam adensar esse debate e incorporar outros que no evoluir de nossos estudos se apresentaram como fundamentais à nossa discussão.

Dentre os determinantes que se colocaram em nosso processo de investigação até aqui, destacam-se às relações étnico-raciais que formatam a sociabilidade brasileira e seu produto mais bem acabado e determinante das condições de classe no Brasil: o racismo⁴. O destaque conferido a essa característica da sociedade brasileira se justifica pela compreensão de que o racismo não pode ser considerado como um tema a ser discutido no Serviço Social (como tantos outros tão caros à atuação profissional); uma vez que ele é uma condição estruturante da sociabilidade brasileira. Compreendemos que o racismo é determinante das condições de classe e consequentemente determina os lugares que os indivíduos ocupam na divisão social e técnica do trabalho, além de seus acessos aos bens socialmente produzidos.

² Compreendemos que no Brasil existem diversos grupamentos étnicos, todavia neste trabalho trataremos fundamentalmente das relações que se referem ao racismo contra pessoas negras. Esse debate será melhor desenvolvido a seguir.

³ Esse estudo gerou um artigo que fora apresentado no XV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS), na cidade de Ribeirão Preto em 2016. As discussões suscitadas nesta ocasião nos forneceram novos elementos que incorporamos ao texto originando o projeto apresentado (e aprovado) para seleção do Programa de Estudos Pós Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 2018.

⁴ Em Rocha (2011): Para uma melhor compreensão acerca dos conceitos de racismo, discriminação, preconceito, xenofobia, ver Borges; Medeiros, D'Adesky (2002). Dentre outros aspectos, os autores ressaltam que a palavra racismo designa um comportamento de hostilidade e menosprezo em relação a pessoas ou grupos humanos cujas características intelectuais ou morais, consideradas "inferiores", estariam diretamente relacionadas à suas características "raciais", isto é, físicas ou biológicas. Surgiu no âmbito da sociedade ocidental do século XVIII, quando esta se apoiou em pretensas bases científicas para explicar as diferenças entre os seres humanos e justificar a dominação exercida pelos europeus sobre os povos de outros continentes durante a expansão colonial. O argumento consistia em considerar que o poder de uns sobre os outros não era fruto do acaso, mas resultado de um processo que se podia explicar por meio da ciência (Borges; Medeiros; D'Adesky, 2002, pp. 48-49).

Ao realizarmos o debate sobre os fundamentos do trabalho profissional temos como direção política e ideológica, um dos mais caros produtos do chamado Movimento de Renovação⁵ do Serviço Social: o projeto de formação profissional expresso nas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de ensino e pesquisa em Serviço Social (ABEPSS⁶). Se tomarmos como premissa que

Tal concepção (das diretrizes da ABEPSS) exige a constituição de um profissional com clara perspectiva crítica, ciente do processo histórico brasileiro e suas relações com o capitalismo mundial, das particularidades assumidas pelas classes sociais no Brasil e pelo Estado, que sem eliminar os traços arcaicos, modernizou-se no trato das expressões da “questão social”, combinando repressão com políticas sociais. (ORTIZ, 2013, p.03)

Entenderemos que esta formação somente estará em consonância com os princípios éticos e políticos que norteiam a profissão⁷ se conectada as dimensões fundamentais e estruturantes que formam essa sociedade e conseqüentemente, incidem no trabalho dos assistentes sociais. Para tanto consideramos fundamental que o profissional identifique os mecanismos e condutas que geram e são gerados pelo racismo e de que maneira eles incidem na atuação profissional.

A proposta das diretrizes curriculares da ABEPSS e sua, muito pertinente, divisão em núcleos de fundamentação permitem/possibilitam que o

⁵ “Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das contrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, a base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas as demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais”. (NETTO, 2005, p. 131)

⁶ Documento aprovado após amplo debate realizado no seio da categoria entre 1994 e 1996 que expressa à compreensão pela necessidade de estabelecimento de padrões de qualificação do ensino e de sua universalização,

⁷ Referimos-nos aqui não somente àqueles inscritos no Código de ética de 1993 (CFESS, 1993) como também aqueles assumidos pela categoria no Projeto Ético Político Profissional do Serviço Social dentre eles: o reconhecimento da liberdade como valor central, compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, vínculo com um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero; defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos; a favor da equidade e da justiça social; a ampliação e a consolidação da cidadania; garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras; compromisso com a competência; entre outros (Netto, 2009, p.15-16)

debate sobre as relações étnico raciais seja realizado em diversas disciplinas dos cursos de graduação. Especialmente no *núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira*, (ABEPSS, 1996) no qual, espera-se que essa dimensão seja abordada considerando que ela é constitutiva da formação social brasileira. Contudo, pesquisas recentes nos mostram que isso não vem acontecendo⁸. Para além desses “percalços” da formação profissional. Acreditamos que seja no âmbito do núcleo de fundamentos do trabalho profissional que os estudantes têm acesso com o debate acerca da constituição da profissão e esta, uma vez que é parte e expressão do evoluir da dinâmica capitalista no Brasil, teve seu desenvolvimento determinado pelas relações étnico-raciais.

Iniciamos o texto retomando um debate que já iniciamos em outras oportunidades e que ainda nos persegue que se trata da dificuldade por parte dos assistentes sociais em definir o que é e o que faz o assistente social.

Na trilha dessas reflexões realizamos uma discussão sobre a questão social, alvo prioritário da atuação profissional dos assistentes sociais e tentamos expor, ainda que brevemente dado os limites dessa publicação, os elementos resultante das relações étnico raciais que a particularizam e a conformam.

2. O DEBATE SOBRE OS FUNDAMENTOS DO TRABALHO PROFISSIONAL

O processo histórico que culminou nas normatizações/orientações para a formação e exercício profissional promoveu um salto qualitativo, sem precedentes no que se refere ao estudo de diversas dimensões que compõem o exercício profissional. É inegável, e foi fundamental, como dimensões e

⁸ Referimo-nos especialmente à tese de doutorado defendida por Roseli da Fonseca Rocha no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro em 2018, porém não publicada até o momento da confecção desse artigo.

temas⁹ importantes para o exercício profissional da categoria receberam um incremento teórico de monta e ocuparam um lugar de grande destaque no seio da profissão.

Todavia, nos parece que os estudos e pesquisas sobre os fundamentos do trabalho profissional não foram alvos de tantos interesses acadêmicos. Sabemos que os fundamentos devem ser tomados sempre vinculados às dimensões que compõem a dinâmica da vida social. Fica evidente que ao travarmos o debate sobre os fenômenos de gênero ou acerca dos direitos humanos, por exemplo, comparecem elementos que são transversais – e por vezes fundamentais – ao exercício profissional. Contudo, a mediação necessária para identificar nesses debates as dimensões constituintes do exercício profissional requer um consistente conhecimento da profissão e este poderá ser alcançado por meio do estudo dos fundamentos, uma vez que:

Compreender as particularidades do Serviço Social como especialização do trabalho coletivo requer a apreensão do conjunto de características que demarcam a institucionalização e desenvolvimento da profissão. Isto é, tanto as determinações sócio históricas de sua inserção na sociedade brasileira que perfilam o fazer profissional, quanto à herança cultural que vem respaldando as explicações efetivadas pelo Serviço Social sobre as relações sociais, sobre suas práticas, suas sistematizações e seus saberes. (ABEPSS, 1996, p.12-13).

Fato incontestável é que as pesquisas realizadas e a referência bibliográfica delas resultantes expressam nosso amadurecimento intelectual e nossa perspectiva crítica. Porém, devemos considerar que há hoje uma lacuna no estudo dos fundamentos da profissão que pode em alguma medida, somada as dimensões anteriormente sumariadas nesse artigo, explicar a dificuldade

⁹ Podemos citar como exemplos desse investimento de pesquisa: a ampla bibliografia produzida pela análise crítica das políticas sociais; os textos e espaços de debates dedicados à urbanização e seus desdobramentos; o debate sobre os fenômenos de gênero. Exemplo material deste processo é o livro recém-lançado: *Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social*, que compõe a biblioteca básica de Serviço Social, que é reconhecida no seio da categoria como a coleção que contém os livros básicos para a formação e conseqüentemente, para a atuação profissional.

que estudantes e profissionais encontram para definir o que é o Serviço Social. Essa limitação foi reconhecida pelos grandes intelectuais da profissão.

Netto em sua polêmica tese do sincretismo ou da “Estrutura Sincrética do Serviço Social¹⁰” ao referir-se às “*recorrentes crises de identidade profissional do Serviço Social*” afirma: (...) *o que resulta é que a especificidade profissional converte-se em incógnita para os assistentes sociais* (2005, p.104).

Iamamoto também faz referência a essa questão ao tratar da profissão:

(...) a indefinição ou fluidez do ‘que é’ ou do ‘que faz’ o Serviço Social, abre ao Assistente Social a possibilidade de apresentar propostas de trabalho que ultrapassem meramente a demanda institucional. Tal característica, apreendida às vezes como um estigma profissional, pode ser reorientada no sentido de uma ampliação do seu campo de autonomia, de acordo com a concepção social do agente sobre sua prática. (IAMAMOTO, 2005, p. 80)

Consideramos aqui, a todo o momento, que a profissão passou por um profícuo processo de mudança de suas bases. Os elementos incorporados pelo processo de renovação são inúmeros e fornecem aos assistentes sociais novas perspectivas para a análise e para o exercício profissional. Contudo ainda nos parecem presente as dúvidas sobre o quanto os profissionais entendem o que é o Serviço Social.

Ao nos depararmos com as dificuldades de definição do que é a profissão por parte de inúmeros profissionais começamos a nos questionar sobre até que ponto as particularidades do Serviço Social foram

¹⁰ Tese apresentada pelo autor no livro *capitalismo Monopolista e Serviço Social* que defende que há uma *Estrutura Sincrética do Serviço Social* que se apresenta em três dimensões distintas: sincretismo ideológico, o sincretismo científico e do sincretismo da prática indiferenciada. Iamamoto (2007) ao referir-se às proposições feitas pelo autor sobre a discussão do sincretismo ideológico e o sincretismo científico, diz: “*são, sem sombra de dúvidas, as mais ricas e consistentes, que nos foram legadas nas últimas décadas*” (Iamamoto, 2007, p.273). Todavia a tese do sincretismo da prática indiferenciada por sua rigidez suscita desacordos e discussões no seio da categoria e é também em Iamamoto (2007) que encontramos a mais consistente crítica desta perspectiva. Além de Netto (2005) julgamos interessante o debate feito por Souza (2014). Para a crítica a essa perspectiva Iamamoto (2007) ainda é a principal referência.

compreendidas e entendemos que isso tem relação direta com o estudo dos fundamentos do trabalho profissional. Acreditamos que essa limitação pode ser acentuada a depender dos elementos que comparecem (ou não) no ensino ou debate dos fundamentos durante a graduação.

Um elemento que julgamos pertinente e fundamental é a proposição feita por Netto (2005) No final da sessão dedicada ao sincretismo científico em uma passagem o autor nos diz que:

A alternativa de um Serviço Social profissional liberado da tradição positivista e do pensamento conservador não lhe retirará o seu estatuto fundamental: o de uma atividade que responde, no quadro da divisão social (e técnica) do trabalho da sociedade burguesa consolidada e madura, a demandas sociais prático-empíricas. Ou seja: em qualquer hipótese, o Serviço Social não se instaurará como núcleo produtor teórico específico – permanecerá *profissão*, e seu objeto será um complexo heteróclito de situações que demandam intervenções sobre variáveis empíricas. (Netto, 2005 p.149)

A constatação da continuidade da profissionalidade do Serviço Social, mesmo com a extirpação de uma interpretação positivista, nos coloca em um lugar que deve ser ponto de partida para toda análise a ser feita sobre a profissão: o fato de que temos um lugar na divisão social e técnica do trabalho e que, portanto, nossas pesquisas e estudos estarão tanto menos conectadas ao real quanto mais se afastarem desta premissa. Assim podemos compreender que o não comparecimento de algumas dimensões fundantes da sociabilidade brasileira pode infirmar a compreensão por parte dos profissionais de qual é o seu papel.

Na produção acadêmica do Serviço Social no âmbito das pós-graduações é possível identificar que as publicações sobre o Serviço Social existem e são frequentes. Contudo ao nos determos nestas identificamos que o debate sobre os fundamentos do trabalho profissional não alcança a visibilidade que outras questões que envolvem o exercício profissional tendem a alcançar. Constatação expressa também nas análises feita por Mendes & Almeida (2014):

(...) a predominância das análises em torno das políticas sociais — nas quais corporificam os espaços sócio ocupacionais do assistente social — conforma-se como uma tendência da pesquisa e, obviamente, da produção do conhecimento (livros, artigos, teses, dissertações) e dos programas de pós-graduação (áreas de concentração e linhas de pesquisa) no Serviço Social. (Mendes e Almeida, 2014, p.648).

Essa característica nos suscita algumas questões como: Se a categoria não vem se dedicando às dimensões que fundamentam o exercício profissional. Como será possível apreender elementos que são constituintes e estruturantes da sociedade brasileira como a dimensão étnico racial? Qual é o impacto sobre o estatuto profissional de uma apreensão não profunda desta questão sobre o trabalho profissional?

Grifar a condição de profissão do Serviço Social neste debate nos parece essencial tendo em vista que intentamos nos dedicar ao estudo dos fundamentos do trabalho profissional, que na aparência mostra-se como uma dimensão quase que estritamente teórica. Na perspectiva supra-apresentada não seria coerente tratar nenhuma dimensão do Serviço Social como “estritamente teórico” já que em sendo profissão e não produtor de conhecimentos isso não seria possível. Quais são os elementos que estão fazendo com que o estudo dos fundamentos do trabalho profissional seja tomados como essencialmente teórico e que fomentam assertivas como: *Na prática a teoria é outra!*

Não é objetivo desta explanação realizar um debate que desconsidere que há uma infinidade de motivações que comparecem no momento de escolher um objeto de pesquisa. Também não seria honesto de nossa parte se tratássemos desse que nos parece um grande – não o único – entrave à formação e ao exercício profissional sem considerarmos os determinantes que se impõem a pesquisa e ao trabalho docente e que incidem diretamente sobre a definição dos interesses e objetos de pesquisa.

Os professores do ensino superior têm cada vez mais restrições para desenvolver atividades integrantes de um projeto de produção do

conhecimento — com ramificações para o ensino, a pesquisa e a extensão — que contribuam para produzir elaborações, como produções escritas, debates, novas descobertas científicas e novas formas de solucionar as questões postas por movimentos sociais e pela comunidade, na qual a instituição de ensino superior está inserida. (Pinto, 2014, p.666)

Estes elementos criam um travejamento à pesquisa acadêmica, não apenas no Serviço Social, o que, em última instância, pode resultar na exclusão de dimensões fundamentais para a apreensão do debate.

O quadro social no qual se insere a profissão nesse momento é produto de uma série de condições macrossocietárias que somente podem ser revertidas com um amplo processo de reversão social que envolva a sociedade e alcance a profissão conseqüentemente. Não é nosso objetivo aqui oferecer uma solução rápida para o quadro que se desenha para a profissão. Todavia é importante que lancemos algumas luzes sobre tal processo para que dimensões que tenham a potencialidade de contribuir para um maior enfrentamento deste quadro, venham à tona. Para fins deste trabalho elegemos como dimensão prioritária as relações étnico raciais e o racismo por elas engendrado, que a nosso ver, se se fizerem presentes nos debates da profissão podem contribuir para lhe aprofundar o lastro que lhe permitirá alcançar um maior número de determinações que se escondem por detrás da fenomenalidade do exercício profissional.

3. Elementos para o diálogo entre os Fundamentos do Trabalho Profissional e as Relações Étnico-Raciais

A expressão fundamentos do trabalho profissional está conceituada nas diretrizes curriculares da ABEPSS. Esta aponta na direção de uma nova lógica curricular que pressupõe que: “A formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-

institucional”. (ABEPSS, 1996, p.08). Essa nova lógica curricular divide a formação em Serviço Social em três núcleos articulados e auto implicados ou:

(...) um conjunto de conhecimentos indissociáveis, que se traduzem em NÚCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO constitutivos da Formação Profissional. São eles: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2-Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira. 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (ABEPSS, 1996, p. 08).

O posicionamento assumido pela categoria presente nas diretrizes reorienta a formação em Serviço Social ao propor uma compreensão de profissão que se inscreve no bojo das relações sociais. Condição que exige que os profissionais detenham um entendimento mais abrangente da dinâmica da sociedade burguesa para atuar como assistentes sociais. Não excede lembrar que este documento está em perfeita sintonia com as normatizações da profissão para Ortiz as diretrizes estão:

Implicada às necessidades postas por parte da categoria profissional e suas entidades, e principalmente pelo conjunto valorativo expresso no Código de Ética do Assistente Social de 1993 e pelas atribuições e competências inscritas na lei de regulamentação número 8662/93, as Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996 sustentam-se nos aportes da Teoria Social Crítica (esta apoiada no pensamento marxiano) e indicam que a formação profissional deve considerar o Serviço Social como uma totalidade, e neste sentido, determinado historicamente e atravessado por múltiplas determinações de natureza econômica, política, cultural e ideológica. (ORTIZ, 2013, p, 2-3)

Nessa perspectiva, as disciplinas do chamado Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional (ABEPSS, 1996) são – ou deveriam ser – aquelas que “permitirão atribuir um novo estatuto à dimensão interventiva e operativa da profissão” (ABEPSS, 1996, p. 12).

Soma-se a essas premissas a consolidação da questão social como elemento central da formação e do exercício profissional (Martins, 2015). Essa compreensão expressa originalmente por Yamamoto e Carvalho na década de 1980 é a de que:

“A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado” (Iamamoto e Carvalho, 2005, p.77).

Ao retomar o debate em seu livro *Serviço Social em tempo de capital Fetice* a autora reforça o conceituado anteriormente, porém nesta ocasião chama-nos a atenção para a *“importância de considerarmos as particularidades histórico-culturais nacionais na análise da questão social”* (Iamamoto, 2007, p. 128).

Seguindo a trilha das discussões de Iamamoto, Martins (2015) realiza um debate focado em uma das mais latentes particularidades da questão social brasileira: o racismo. A autora o apreende como produto estruturante das relações étnico raciais constituídas e traço constitutivo da sociedade brasileira. Convém lembrar o Brasil foi o último país a abolir a escravidão legando assim à sociedade as marcas culturais, políticas, sociais e econômicas desse processo. As relações étnico raciais aqui estabelecidas conferem a questão social contornos específicos. A autora realizará uma discussão *“dentro da perspectiva de que a ‘questão social’ é determinada pela relação capital/trabalho, mas a condição étnico racial reitera as desigualdades”* (Martins, 2015). Após apresentar consistentes dados sobre expressões da questão social na contemporaneidade como desemprego, distribuição da renda, escolaridade, entre outros, a autora nos diz:

Portanto não é um exercício de especulação considerar que as relações capitalistas no Brasil são permeadas de racismo. [...] ainda que não se tenham desenvolvidos as mediações teórico históricas adequadas, não há como negar que na sociedade brasileira essa determinação vem acompanhada de determinações étnico raciais, sobretudo quando a pesquisa revela que é a parcela da classe trabalhadora negra que assume proporcionalmente lugar de destaque no desemprego. (Martins, 2015, p.183)

Essa proposição faz referência a posição de classe a qual a população negra está submetida desde a abolição da escravatura e que é marca e expressão das relações estabelecidas na sociedade brasileira. Podemos dizer que as classes na sociedade brasileira são construídas a partir do racismo.

Nossa história diferencia-se do evolver das sociedades europeias que têm como marco o feudalismo, que não ocorreu no Brasil.

Esse evolver histórico mostra suas marcas em diversos âmbitos da sociedade brasileira inclusive no Serviço Social. Em Ferreira (2010) temos um consistente exemplo da forma como o debate das relações étnico-raciais está expresso nas publicações na gênese do Serviço Social. Ao pesquisar como o “Negro” aparece nas publicações em Serviço Social entre 1936 e 1947 a autora nos brinda com as primeiras percepções (publicadas) dos assistentes sociais sobre a condição dos negros na sociedade e percebemos que além da moralidade, da centralidade ideológica da religião, da incessante busca pela adequação dos sujeitos ao modo de produção capitalista esse período do desenvolvimento do Serviço Social é marcado pelo racismo e pela intolerância religiosa em relação às religiões de matriz africana e de cerceamento ao acesso de negras e negros a bens e serviços socialmente produzidos, incluindo pioneiras escolas de Serviço Social.

“em uma Escola com as características da que estudamos e um trabalho da natureza do Serviço Social, não é admissível que sejam aceitas, indiferentemente, todas as candidatas que se apresentarem” (Aylda Faria da Silva Pereira. Revista Serviço Social, 1944, n. 35, p. 110) apud Ferreira, 2010, p.139.

Em seu estudo a autora resgata uma infinidade de elementos que demonstram que as candidatas negras não poderiam cumprir as exigências para ingresso nas escolas em questão, entre eles “*apresentar um atestado de idoneidade passado por um sacerdote e pagar a taxa de 40\$000*” (Ferreira, 2010, 139). Em outra passagem do texto a autora faz referência ao fato de a família negra não estaria dentro do modelo de família estável e higiênica esperado, ainda que, pondera a autora, esse modelo nunca tenha se generalizado no país. Essa constatação nos faz inferir que a candidata negra encontraria dificuldades para alcançar as condicionalidades impostas pela instituição.

Os estudos aqui brevemente apresentados, não conseguem exprimir a riqueza de detalhes que os mesmos nos trazem, contudo nossa explanação

nos suscita duas questões centrais: o racismo está presente, de maneira latente, na formação dos assistentes sociais desde a profissionalização do Serviço Social e a maioria de nós não teve contato com esses debates no estudo dos fundamentos. Somos levados a concluir que além de possível, urge que o debate sobre os fundamentos do trabalho profissional sejam realizados transversalizados pelas relações étnico-raciais

4. Conclusão

Nosso objetivo aqui foi o de oferecer alguns elementos iniciais e correlações possíveis no sentido de defender uma possibilidade de apropriação dos fundamentos do trabalho profissional que esteja estreitamente relacionada às configurações da sociedade brasileira e possa fornecer aos estudantes elementos que de fato lhes permitam conhecer a profissão. Partindo da premissa da condição de profissão que ocupa um lugar na divisão do trabalho na sociedade, pois é chamado a atender demandas que lhe são colocadas. Assim concluímos que não é possível que este profissional atenda de maneira qualificada seus usuários – como preconiza o código de ética – se não entender as relações estruturantes que enformam as manifestações da questão social na sociedade brasileira.

Orientados por essa perspectiva e atentos aos desafios por ela colocados compreendemos que para os assistentes sociais é de fundamental importância que os fundamentos do trabalho profissional sejam perpassados por esse debate. Uma vez que o racismo e as relações étnico raciais a partir dele constituídas são estruturantes da sociedade e, portanto, não devem ser abordadas como tema desconectado da dimensão do debate da formação profissional que é responsável pela compreensão de profissão e que culminará em uma atuação mais ou menos comprometida com os princípios éticos que a norteia.

O desconhecimento da profissão tende a conduzir os profissionais a duas posturas distintas e auto implicadas: se por um lado o profissional toma para si as requisições institucionais de seus espaços sócio-ocupacionais como sendo um “projeto de profissão”, por outro, ao defrontar-se com demandas que não consegue compreender sob o crivo da perspectiva crítica, tende a negá-las. Uma ou outra postura converge para uma diminuição do espaço de trabalho do Assistente Social e, conseqüentemente, para a diminuição de sua importância no quadro institucional. Uma possibilidade de desdobramento desses processos é que, ao não delimitar seu espaço de atuação, o Assistente Social possibilite a ocupação deste por outras categorias profissionais.

5. Referências

ABEPSS. ABEPSS Itinerante. **Os Fundamentos do Serviço Social em Debate: formação e Trabalho Profissional**. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/abepss-itinerante-3-edicao-41> Acesso em 02 de Abril de 2018.

_____. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social** — 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf Acesso em: 24. Jun.2017.

ALMEIDA, M.S. O exercício do Serviço Social sem ser Discriminado, nem discriminar, por questões de Inserção de Classe Social, Gênero, Etnia, Religião, Nacionalidade, Opção Sexual, Idade, e Condição Física. In: PROJETO Ético Político e exercício Profissional em Serviço Social. Rio de Janeiro: CRESS/RJ, 2013. p. 136-148.

CFESS. **Assistentes Sociais no Brasil**: elementos para o estudo do perfil profissional. Brasília, 2005.

_____. **Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais**. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_1993.pdf. Acesso em: 20 Maio 2016.

_____. **Assistente Social no Combate ao Preconceito: Racismo** – Caderno 03. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-Caderno03-Racismo-Site.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

FERREIRA, C.M. **O Negro na Gênese do Serviço Social**. Dissertação (Mestrado)-PPGSS/ESS/UFRJ. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/secretariappgss/banco-de-teses-e-dissertacoes-do-ppgss>>. Acesso em: 1 jul. 2018.

GUERRA, Y. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional: significado, limites e possibilidades. In: PROJETO Ético Político e exercício Profissional em Serviço Social. Rio de Janeiro: CRESS/RJ, 2013. p. 123-136.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. Esboço de uma interpretação teórico metodológica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, **O Serviço Social em tempo de capital Fetiche**: Capital Financeiro, Trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

MARTINS, T.C.S, Questão social e Questão Étnico Racial: Pistas para o debate na Formação Profissional. In: GONÇALVES, Maria da Conceição Vasconcelos et al. (Orgs.). **Serviço Social no Debate Cotidiano**: fundamentos formação e exercício profissional. Aracaju: Editora UFS, 2015.

MENDES, J. M. R.; ALMEIDA, B. L. F. As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 120: Formação, trabalho e lutas sociais, São Paulo: Cortez Editora, p. 640, out-dez/2014.

NETTO, J.P. "Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil." **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, 1996, p. 87-132.

_____. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, A. E.; et al (Org.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

ORTIZ, F.G. Notas Sobre as Diretrizes Curriculares: avanços, impasses e desafios. In: GUERRA, Y, LEITE, J.L.; ORTIZ, F.G (orgs.). **Temas Contemporâneos**: o Serviço Social em foco. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

PINTO, M. B. "Condições sócio ocupacionais do trabalho docente e a formação profissional." **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 120: Formação, trabalho e lutas sociais, p. 662-676, out-dez/2014.

RAICHELIS, R. Serviço Social Trabalho e Profissão na Trama do Capitalismo Contemporâneo. In: RAICHELIS, R. [et al.]. **A Nova Morfologia do Trabalho no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2017, p. 25-65.

ROCHA, Roseli da F. A questão étnico-racial no processo de formação em Serviço Social. In: **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 99, set. 2009.

_____. **A Questão Étnico Racial e a sua Relevância no Processo de Formação em Serviço Social**. In: CONLAB, 11., 2011, Salvador. **Anais...** Salvador, 2011.

SOUZA, J.M.A. Três Notas Sobre O Sincretismo No Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 120, p. 531-539, 2014.